

**SEGURANÇA ONTOLÓGICA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DO CONCEITO NA COMPREENSÃO DOS PROCESSOS SECURITÁRIOS**

**ONTOLOGICAL SECURITY IN INTERNATIONAL RELATIONS: AN ANALYSIS OF THE IMPORTANCE OF THE CONCEPT IN UNDERSTANDING SECURITY PROCESSES**

**Priscila Carolina Pellens**

*Mestranda em Relações Internacionais da Universidade Federal da Integração Latino Americana*  
*Eje Temático: Economía Política, Política Internacional y Relaciones Internacionales*

Trabajo preparado para su presentación en el XI Congreso Latinoamericano de Ciencia Política (ALACIP), organizado conjuntamente por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política y la Asociación Chilena de Ciencia Política  
Santiago, Chile  
21, 22 y 23 de julio 2022

**Resumo:** O presente artigo analisa o conceito de segurança ontológica nas relações internacionais. Tem como objetivo demonstrar a relevância do *framework* para a compreensão da dinâmica atual do ambiente securitário global, ante a insuficiência de explicações tradicionais para o comportamento externo dos atores. Defende-se que a esfera ontológica é tão importante à segurança do Estado quanto a física, ao ponto de que pode ser priorizada em detrimento da última para manutenção do senso identitário, o qual se constrói por meio de relações rotinizadas com outros atores relevantes. A incerteza e a insegurança, inerentes à modernidade e à globalização, além de afetarem o público geral, têm desempenhado especial influência em discursos e narrativas estatais, dando origem a políticas de alteridade, bem como à busca de formas de securitizar comunidades e repelir outros, questões que têm impacto direto na paz e na segurança internacionais. A pesquisa se estrutura por uma abordagem teórica do conceito de segurança ontológica, através da revisão da literatura existente. Também são apontadas possíveis contribuições à agenda de pesquisa, com a análise do impacto dos imaginários geopolíticos na busca por segurança ontológica, em prol do fortalecimento e desenvolvimento da noção de “espaços ônticos” como elemento material da narrativa biográfica. O estudo contribui para a identificação de novos processos de busca por segurança em política externa, ao levar em consideração fatores materiais e ideacionais, com destaque à relação entre identidade, discurso e segurança.

**Palavras-chave:** Segurança internacional; política externa; alteridade; identidade; narrativa biográfica.

**Abstract:** *This article analyzes the concept of ontological security in international relations. It aims to demonstrate the relevance of the framework for understanding the current dynamics of the global security environment, given the insufficiency of traditional explanations on the actors' external behavior. It's argued that the ontological sphere is as important to the security of the state as the physical one, to the point that it can be prioritized to the detriment of the latter in favor of the maintenance of the sense of identity, which is built through routinized relationships with other relevant actors. The uncertainty and insecurity inherent to modernity and globalization, beyond affecting the general public, have had a special influence on state discourses and narratives, giving rise to policies of alterity, as well as the search for ways to securitize communities and repel others, issues that directly impact on international peace and security. The research is structured by a theoretical approach to the concept of ontological security, through a review of the existing literature. Possible contributions to the research agenda are also pointed out, with the analysis of the impact of geopolitical imaginaries in the search for ontological security, in favor of strengthening and developing the notion of “ontic spaces” as a material element of the biographical narrative. Thus, the study concurs to the identification of new security search processes in foreign policy, considering material and ideational factors, and with emphasis on the relationship between identity, discourse and security.*

**Keywords:** *International security; foreign policy; othering; identity; biographical narrative.*

## 1 Introdução

Os estudos tradicionais identificam questões de segurança com assuntos militares e de uso da força, em que esta se trata da sobrevivência do estado (*“security-as-survival”*), o que justifica o uso de medidas extraordinárias para bloquear o desenvolvimento de ameaças dessa natureza (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998). Após a erupção de conflitos étnicos, no pós-Guerra Fria, diversos estudos críticos têm revelado o nexo de co-constituição entre identidade e segurança, que permite a consideração daquela como uma fonte desta, a partir do exame das dinâmicas eu-outro (*self/other*) (BILGIN, 2010). Entretanto, literatura das teorias críticas de segurança possui limitação em analisar a relação entre identidade e segurança nos processos de securitização e de dessecuritização, no sentido de como estes processos se colidem com o de construção identitária e de como os últimos podem possibilitar e limitar os primeiros (RUMELILI, 2015).

Nesse contexto, insere-se a agenda de pesquisa da Segurança Ontológica nas Relações Internacionais, que tem como principal objetivo problematizar e complementar noções realistas e liberais de segurança, preocupadas com dilemas de segurança e segurança física, através do foco na *“security-of-being”* ao invés de na *“security-as-survival”*, para identificação de novos processos de busca por segurança (CASH; KINNVALL, 2017; KINNVALL, 2004; MITZEN, 2006; STEELE, 2005, 2008). Por meio da distinção entre segurança ontológica (*“security-as-being”*) e segurança física (*“security-as-survival”*), é possível observar a relação intrínseca entre identidade e segurança, além de demonstrar como o processo de busca daquelas se caracteriza por dinâmicas, processos, atos e discursos diversos. Enquanto a busca por segurança física envolve a nominação e identificação das ameaças e o desenvolvimento de mecanismos e defesa do Eu dessas, a busca pela ontológica pressupõe a rotinização de relacionamentos significantes e ações condizentes com o próprio senso identitário (RUMELILI, 2015).

Segundo o relatório *Global Trends 2040* (2021), em razão da crescente competição por influência global e o desenvolvimento rápido de tecnologias avançadas, as dinâmicas de poder tendem a criar um ambiente geopolítico mais volátil e confrontacional, com a intensificação de medidas com vistas a desenhar normas globais, regras e instituições, o que pode ampliar o risco de conflito em questões de competição disruptiva, por meio de todas as medidas, exceto à guerra. A questão da identidade nacional tem ganhado cada vez mais relevância no cenário internacional, a qual, combinada com a ressurreição de alianças,

discursos extremistas e um ambiente informacional isolado, tem criado e exposto linhas de ruptura entre os estados, minando o nacionalismo civil e aumentando a volatilidade (COUNCIL, 2021).

Apesar de as identidades não serem unificadas, dado seu caráter fragmentado e fluído, políticas populistas buscam propor margens bem definidas e fechamentos ideológicos para separar um Eu unificado e um Outro antagonista, visível, principalmente, no campo da política externa, com um transbordamento de assuntos domésticos à área externa e de segurança (CASULA; PEROVIĆ, 2019). Desse modo, diferenças identitárias podem levar a entendimentos divergentes de prioridades e ameaças, moldando respostas para eventos internacionais, na medida em que a narrativa biográfica estatal impacta a percepção de crises e as políticas adequadas para respondê-las (CHALLIS, 2016; HOPF, 2005).

Por isso, através da revisão da literatura existente, o artigo tem como objetivo demonstrar a relevância do *framework* para a compreensão da dinâmica atual do ambiente securitário global, pelo foco na relação entre identidade, discurso e segurança, o que permite explicações nuançadas e condizentes com a influência crescente de fatores ideacionais na política internacional. Para tanto, o estudo se desenvolve em quatro partes. Primeiramente, analisa-se o conceito de segurança ontológica, conforme as principais perspectivas desenvolvidas. A seguir, passa-se a questão do processo de construção da identidade estatal no âmbito da busca por segurança ontológica. Finalmente, examina-se a como a agenda de pesquisa pode favorecer o estudo dos processos securitários contemporâneos. Aqui, dá-se atenção à compreensão da influência dos espaços ônticos, como elemento material e espacial da narrativa biográfica, a partir da aplicação de noções da geopolítica crítica. Além disso, busca-se explicar as contribuições do conceito nas questões de continuidade e mudança na política externa, dada a busca por coerência em face dos desafios da constante disputa de narrativas no mundo político.

## **2 O conceito de segurança ontológica nas Relações Internacionais**

A transposição firme e inequívoca da questão da identidade coletiva para o centro da disciplina de Relações Internacionais se deu com o artigo *Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics* (1992), de Alexander Wendt, ao argumentar que identidades e interesses são produzidos pela interação em condições anárquicas, em uma

dinâmica de mútua constituição, e que os processos de formação de identidade têm como principal preocupação a segurança do eu estatal (WENDT, 1992; 1999). No entanto, Wendt deixa de reconhecer o caráter multidimensional da formação identitária, ou seja, a possibilidade de identidades alternativas, o que, posteriormente, foi alvo de teorização pelos chamados construtivistas “pós-modernistas” (NEUMANN, 1996).

O termo “segurança ontológica” foi cunhado pelo psicologista R.D. Laing, na obra *The Divided Self* (1960) e, posteriormente, introduzido no campo da sociologia por A. Giddens, em *Modernity and Self-identity* (1991), obra que inspirou sua entrada nos estudos de Relações Internacionais no fim da década de 1990. Conforme Giddens, os indivíduos necessitam tanto de segurança física como ontológica e, nesse sentido, a insegurança implica no desconforto com o eu, ou seja, com sua identidade como atores sociais, de modo que a incerteza é encarada com ameaça à identidade. A consciência do constante caos adjacente à vida social, inerente à modernidade, requer a redução da incerteza a níveis toleráveis, apta a impor ordem cognitiva ao ambiente, provendo conhecimento do mundo e de como agir em prol de escolhas intencionais (GIDDENS, 1991).

Assim, a segurança ontológica se funda na reprodução, na forma de rotinas, de respostas a questões existenciais (“*taken-for-granted*”), auto monitoradas por meio de um comportamento reflexivo, as quais produzem um senso de confiança (“*basic trust system*”) indispensável à ação. Quando situações críticas quebram essa confiança, há a produção de ansiedade, que contrariamente ao medo, não tem um objeto determinado e se constitui por um estado emotivo geral. A mudança de comportamento pode ser necessária à adaptação a nova situação, por meio da reflexividade, para reestabelecer o senso de identidade por meio de novas rotinas. Por outro lado, posturas rígidas levam o agente a se agarrar a rotina e tomar qualquer ruptura como ameaça às fronteiras cognitivo-afetivas do eu, o que constrange internamente a possibilidade de ação, que pode se tornar irracional (GIDDENS, 1991).

Um dos primeiros autores a fazer uso do termo segurança ontológica nas relações internacionais, mas sem desenvolver a noção de forma sistemática, foi Hyusmann (1998), ao propor a abordagem da segurança como “*thick signifier*”, ou seja, como uma forma específica de ordenação, que posiciona as pessoas em suas relações com outras, com a natureza e com outros seres humanos dentro de um discurso determinado, uma ordem simbólica. Como a segurança intermedia a relação entre a vida e a morte, induz a articulação de uma dupla problemática securitária, a mediação de duas formas interdependentes de segurança: da segurança diária (mediação de amizades e inimizades) e da segurança

ontológica (mediação de caos e ordem). Esta última consiste em uma estratégia de administrar os limites da reflexividade, ao fixar relações sociais dentro de uma ordem simbólica e institucional, no sentido de ordenar as relações sociais e, ao mesmo tempo, salvaguardar a atividade de se auto-ordenar. Por isso, a legitimidade do estado, como unidade política, tem relação não só com a administração de ameaças, sendo uma questão de segurança ontológica (HUYSMANS, 1998).

A agenda de pesquisa é abrangente, com foco em diferentes objetos de referência (indivíduo, sociedade, grupo, estado), resultados políticos (cooperação, conflito, violência, estabilidade ou mudança) e métodos (quantitativo, qualitativo, discursivo). A área se caracteriza pela diversidade de abordagem (construtivista, pós-estruturalista e pós-colonial) e pela possibilidade de tratar diversas questões teóricas e empíricas (*status*, ideologia, nacionalismo, práticas identitárias, ambientes materiais, memória coletiva, regionalismo, política externa, poder, emoções, populismo, ameaça, segurança humana, questões de gênero, securitização, emancipação, etc.) (GUSTAFSSON; KRICKEL-CHOI, 2020; KINNVALL; MITZEN, 2017).

Considerando o objeto de referência e o nível de análise, pode-se identificar quatro principais abordagens do conceito. Primeiro, há o enfoque intersubjetivo ou externo da identidade (*self-identity*), que toma o estado como objeto de referência à análise, representado por Mitzen (2006), Zarakol (2010), Pratt (2017) e Ejodus (2017). Para Mitzen, a busca por segurança ontológica consiste na necessidade de autoconhecimento em prol do juízo de ação, ou seja, a existência de certeza relativa sobre a substância do eu, do ponto de vista subjetivo, que oferece estabilidade à capacidade de agir. Já a insegurança ontológica, pode ser entendida como: “[...] *deep incapacitating state of not knowing which dangers to confront and which to ignore, i.e. how to get by in the world*” (MITZEN, 2006, p. 345). Ao pressupor a existência de um ambiente cognitivo estável, a segurança ontológica pode ser alcançada por meio da rotinização das relações. Entretanto, “*Where conflict persists and comes to fulfill identity needs, breaking free can generate ontological insecurity, which states seek to avoid*” (MITZEN, 2006, p. 343), de modo que é possível a coexistência de conflito entre a segurança ontológica e a física, na medida em que mesmo relacionamentos danosos podem fornecer um grau de certeza acerca da própria identidade (MITZEN, 2006).

Ao focar na negação estatal de crimes históricos, Zarakol argumenta que pressões intersubjetivas são mais relevantes quando rotinas tradicionais que definem o eu são quebradas e são mais susceptíveis de gerar insegurança ontológica fora do Ocidente e de sua

noção de consenso normativo. Apesar de as abordagens sociais (p. ex. MITZEN, 2006) e individualistas (p. ex. STEELE, 2008) de segurança ontológica serem relevantes, oferecem explicações incompletas ao não considerarem nem a expansão desigual da sociedade internacional nem o efeito desta na identidade de estados *outsiders* que vêm a ser incorporados posteriormente ao sistema. Dessa forma, “*The pressures to apologize for past crimes, instead of inducing shame about the acts in question, recall this earlier, greater shame associated with being ‘Eastern’, ‘Asian’, ‘barbaric’ and ‘uncivilized’*” (ZARAKOL, 2010, p. 20).

Pratt (2017) desenvolve uma compreensão relacional de segurança ontológica, que toma como objeto referente a coerência e a estabilidade do contexto social amplo, a qual permite análises causais cunhadas em fatores não-psicológicos com ênfase aprofundada na ação e na contingência. Argumenta que o campo da segurança ontológica é apenas contingencialmente ligado a fatores psicológicos e afetivos, pois “[...] *regardless of the particular form, substance, and expression selfhood takes, the security of the self is only conceivable within the context of durable social arrangements*” (PRATT, 2017, p. 81), os quais constituem a essência da função social teorizada por Giddens (1991). Tomar o arranjo social como referência da segurança ontológica pressupõe “[...] *a structured configuration of transactions between actors, which both serves as the social environment in which action occurs and provides the social material out of which actors—as subjects imbued with dispositions and capacities—are constituted*” (PRATT, 2017, p. 81). Assim, a securitização do contexto social amplo pelos atores pode ser compreendida pelos princípios da sociologia relacional, que consideram que os arranjos sociais constituem um todo, de modo que, a visão da identidade como um processo e da ação como transacional, possibilita a inter-relação entre segurança ontológica e estabilidade social (PRATT, 2017).

Segundo, sob uma abordagem que enfoca dinâmicas internas ou intrassubjetivas (p. ex. STEELE, 2005; 2008; SUBOTIC, 2016), Steele entende que a narrativa, como ato político, constitui o “eu” estatal ao consolidar o significado e a importância atribuída a um evento em determinado contexto histórico. Por isso, a chamada narrativa biográfica é essencial na compreensão do senso de estabilidade identitária e ao entendimento da motivação da ação estatal em face a situações críticas, que se refletem por meio de mudanças narrativas. Assim, ações contrárias à identidade (denominadas como *shame*) podem levar os estados a agir em detrimento da segurança física para fortalecer a ontológica, que se enquadra na ideia realista de “*self-help*” e permite a consideração desta conduta como

racional (STEELE, 2008). Como o comportamento reflexivo produz narrativas autobiográficas, o discurso constitui a identidade e os interesses do agente, de modo que a ação seja cognitivamente congruente (STEELE, 2005).

Subotic (2016) considera a linguagem constitutiva da ação política, de modo que a “*strategic social construction*”, ou seja, a manipulação estratégica de partes da narrativa cognitiva compartilhada pelos atores políticos em prol de objetivos políticos, permite inferir que as narrativas desempenham papel essencial na construção do comportamento político, sendo objeto de criteriosa e proposital seleção e criação para conferir valor ideológico e emocional a determinado objeto. Em razão de sua função estabilizadora, acabam por constituir “*ontological narratives*”, dada sua natureza normativa, com o fim de promover valores coletivos específicos e senso de coletividade. Outrossim, servem de instrumento à construção de narrativas de segurança ao delinear possíveis ameaças à segurança nacional, provendo fronteiras cognitivas culturais, logo, essenciais à compreensão do comportamento estatal (SUBOTIĆ, 2016).

Através da correlação entre política identitária e narrativa, Subotic defende que, diante de eventos traumáticos que ameaçam diversas esferas securitárias, ou seja, aqueles entendidos como incompatíveis com a narrativa ontológica por representarem mudança na identidade interna ou externa do estado, ao invés da criação ou reescrita das narrativas, utiliza-se de elementos da narrativa autobiográfica do Estado para justificar a mudança política ao mesmo tempo em que se preserva a ordem e a estabilidade social, ou seja, a segurança ontológica, constituindo uma espécie de ponte cognitiva coerente com o “*overall narrative template*” vigente (SUBOTIĆ, 2016).

Sob uma terceira perspectiva, que engaja com o senso de segurança de indivíduos e grupos, com ênfase na intersubjetividade, na manutenção de narrativas autobiográficas consistentes e em questões psicológicas subjacentes, Kinnvall (2004) entende que, no contexto da globalização, como força desestabilizadora, houve a intensificação dos níveis de insegurança dos indivíduos, que são compelidos pela ansiedade existencial a reafirmar a identidade ameaçada. Identidades coletivas, como nacionalismo e religião, como “*significadores-identitários*”, mostram-se potenciais polos de atração ao oferecer a segurança desejada em razão de suas histórias e crenças poderosas (KINVALL, 2004).

Desse modo, consoante à visão de segurança como *thick signifier*, de Huysmans (1998), a segurança ontológica pode ser entendida como “[...] *a security of being, a sense of confidence and trust that the world is what it appears to be*”, o que requer a compreensão



da identidade como *security-as-becoming* (KINNVALL, 2004, p. 746). Por outro lado, os “significadores-identitários” podem diminuir o senso de segurança daqueles excluídos do discurso, ou seja, podem criar um dilema de segurança ontológica, no sentido de que o comportamento direcionado primeiramente ao aumento da confiança na identidade e na continuidade de uma comunidade política pode ameaçar a segurança ontológica de outras (AKCHURINA; DELLA SALA, 2018).

Por fim, propondo uma abordagem integradora, pelas lentes construtivistas, para colmatar as críticas ligadas à personificação do estado (EPSTEIN, 2011) e ao reducionismo do conceito (ROSSDALE, 2015), Narozhna (2020) se pauta no “complexo estado-sociedade” como objeto referencial, a partir de uma perspectiva histórico-sociológica. Na medida em que estado e sociedade se interligam a partir de indivíduos, suas inter-relações dinâmicas, pautadas na mútua reflexividade, impactam no desenho de narrativas biográficas no contexto amplo das estruturas sociais e desbalanços podem indicar fragilidade identitária e insegurança ontológica. Permite-se, assim, o exame do processo complexo de formação de identidade e de busca por segurança ontológica dentro e fora do estado, pois são produtos historicamente contingentes de múltiplas relações sociais sobrepostas (NAROZHNA, 2020).

Pode-se perceber que, conquanto haja divergência no emprego do conceito ou na ênfase da análise, as abordagens compartilham a inspiração nas premissas de segurança ontológica desenvolvidas por Anthony Giddens no âmbito da sociologia. Identifica-se um cerne conceitual, constituído pelo foco na análise da relação entre segurança e identidade e entre identidade e resultados políticos, a partir da perspectiva de que a manutenção de uma narrativa biográfica contínua é essencial aos sujeitos políticos, a qual é socialmente construída, do mesmo modo que para os indivíduos, o que torna a busca por segurança ontológica tão necessária quanto a pela segurança física (KINNVALL; MITZEN, 2017).

### **3 O processo de construção do “eu” estatal e a busca por segurança ontológica**

Nesta seção, busca-se compreender o processo de construção da identidade coletiva tanto do ponto de vista relacional como subjetivo, considerando que o senso do “eu” integra a essência do conceito de segurança ontológica. Logo, a análise de seus parâmetros contribui na avaliação do que se constitui uma ameaça, das percepções que influenciam a política

externa e, conseqüentemente, na elaboração de estratégias adequadas a cada caso (BERENSKOETTER, 2014).

A abordagem delineada se fundamenta em uma ontologia construtivista, que: “[...] *understands communities as products of political processes and carves out the parameters along which they form through a phenomenological reading of the concept of a biographical narrative*” (BERENSKOETTER, 2014, p. 263). O estado-nação é entendido como uma entidade narrativamente construída, sendo de crucial relevância a forma como uma comunidade define sua existência. Essa compreensão vai de encontro com a definição de nação como comunidades imaginadas, de Anderson (2008). Por isso, suas fronteiras podem não coincidir com as físicas, do ponto de vista jurídico-institucional da definição clássica de Weber, ou seja, com a do estado como comunidade que detém legitimamente o monopólio exclusivo do uso da força sobre determinado espaço territorial (BERENSKOETTER, 2014; EJDUS, 2018; WEBER, 2004, p. 33).

Ante a modernidade e globalização, definidas pela insegurança, incerteza e ansiedade crescentes, o conceito de segurança ontológica tem se mostrado uma lente frutífera para analisar o mundo político, pois afetam público geral e desempenham especial influência em discursos e narrativas estatais, nas quais a incerteza é associada à desestabilização e, em geral, à busca de formas de securitizar comunidades e repelir “outsiders” (KINNVALL; MITZEN, 2018). Como “[...] *this self is always already immersed in the network of social relationships, ontological security is also dependent upon intersubjective interactions with others*” (EBERLE; HANDL, 2018, p. 4). Por isso, o processo de criação de segurança ontológica se integra à noção de *othering* (processo de alteridade), pois a busca de liberdade para constituir um eu distinto envolve a construção de uma contraparte do eu, o qual se enraíza no tempo e no espaço, com limites e fronteiras estabelecendo os termos de pertencimento (AKCHURINA; DELLA SALA, 2018).

De acordo com Prozorov, do ponto de vista ontológico, o processo de alteridade é, indissociavelmente, temporal e espacial, assim como toda ação histórica, ou seja, são dois aspectos de um único processo de constituição do eu via ação negativa. Outrossim, a existência requer o reconhecimento de uma distintividade espacial, obtida por meio da “alteridade espacial”, pois: “[...] *it is only the topological distinctness of an entity that endows it with ontological consistency: ‘to be’ is to be a spatially delimited entity alongside other such entities*” (PROZOROV, 2010, p. 1274).

Desse modo, a construção de narrativas biográficas e de práticas rotineiras estão no centro das estratégias que mantêm a ansiedade sob controle e provê aos indivíduos formas de conhecer o mundo e de agir, o que os concede um senso de certeza que possibilita escolhas propositivas (KAZHARSKI; KUBOVÁ, 2021). Identidades coletivas são multifacetadas, pois o eu e o outro não são apenas entidades mutuamente constituídas, mas são necessariamente ilimitadas, na medida que se fundem um no outro. Assim, o estudo dessas relações pode oferecer uma melhor compreensão de quem são os atores, como são constituídos, como mantêm suas identidades e sob quais condições podem prosperar. Nesse sentido, as relações de alteridade devem ser entendidas em sua historicidade, pois são aspectos das ideias historicamente contingentes do “Eu”, as quais são fundadas nas ideias historicamente contingentes sobre tempo e espaço (NEUMANN, 1996). Como enfatiza Kuzio: “*Historiography plays both an important part in creating and sustaining a national ‘We’ while laying claim to earlier or first settlement in disputed territories*” (2001, p. 126).

Nesse processo de construção do “eu” estatal, caracterizado como *process of becoming*, diversas narrativas competem na construção e manutenção das autobiografias dos estados, em um processo mutuamente constitutivo, como forças de contestação à fixação do eu dominante (DELEHANTY; STEELE, 2009; NAROZHNA, 2020). A narrativa, da perspectiva da segurança ontológica, é vista como um dispositivo de criação de sentido que permite que as concepções de identidade estável sejam projetadas, até mesmo protegidas, através do tempo e do espaço (STEELE; HOMOLAR, 2019). Assim, a insegurança ontológica pode ser produzida por situações críticas, como eventos externos ou internos que desestabilizam rotinas ou narrativas (DELEHANTY; STEELE, 2009; NAROZHNA, 2020).

Apesar de as relações intersubjetivas serem intermediadas por narrativas, tendo em vista que narrativas do eu são permeadas por representações do outro (seja estados ou a ordem internacional), a narração se restringe pelas estruturas de significado existentes na sociedade, de modo que: “[...] *actors act strategically, but they are always acting within a narrative environment that determines what can be meaningfully said and understood*” (EBERLE; HANDL, 2018, p. 6) e o *status* pode dar maior poder persuasivo as histórias de certos estados. Por isso, estruturas ontológicas compartilhadas são essenciais a ideia de que um senso consistente do eu, a ser reafirmado por outros (ZARAKOL, 2017).

Como acentual Zarakol (2017), em razão da concepção moderna de estado, assume-se ser este o provedor de segurança ontológica, ou seja, funciona como uma estrutura ontológica compartilhada pelos cidadãos, o que se relaciona diretamente com a noção de

soberania estatal, a qual permite conceber o estado como agente da busca por segurança ontológica. No entanto, o reconhecimento da contingência histórica do relacionamento entre autoridade política e segurança ontológica permite a análise de outras instituições capazes de oferecê-la, como a religião (ZARAKOL, 2017). Inclusive, como explica Bayly (2015), o estado, como categoria historicamente contingente, dependendo do período histórico, o fato de sua definição ser inconsistente poderia ser fonte, em si mesma, de ansiedade.

Logo, partindo do princípio de que todos os seres humanos precisam de segurança ontológica, esta pode derivar de fontes institucionalizadas (administração de um quadro de referências que dê sentido ao eu no contexto de grandes questões existenciais possíveis durante períodos de estabilidade) ou não-institucionalizadas (situações quotidianas, ambientes e interações) de qualquer sociedade. Nesse sentido, com a inclusão de uma dimensão temporal, a problemática do nível de análise pode ser relacionada às contingências histórico-socioculturais do caso sob investigação, deixando de lado desentendimentos teóricos (ZARAKOL, 2017).

Desse modo, como explica Bayly (2015), a rotinização das relações pode se dar através de diversas formas institucionais ou organizacionais, bem como refletir relações externas (amigáveis ou antagonistas) ou critérios intersubjetivos (auto-congratatórias ou autocríticas). Entretanto, casos de desordem cognitiva podem obstar a obtenção de relações rotinizadas e levar a insegurança ontológica, a qual pode se manifestar por incapacidade de ação, impressão de caos, desconfiança de outros atores ou senso inconsistente ou descontínuo do “eu” (exemplos de formas de ansiedade aumentada). A ausência de institucionalização das relações diplomáticas, por exemplo, pode contribuir à desordem e à ansiedade em face de crises, pelo fato de dificultar a comunicação.

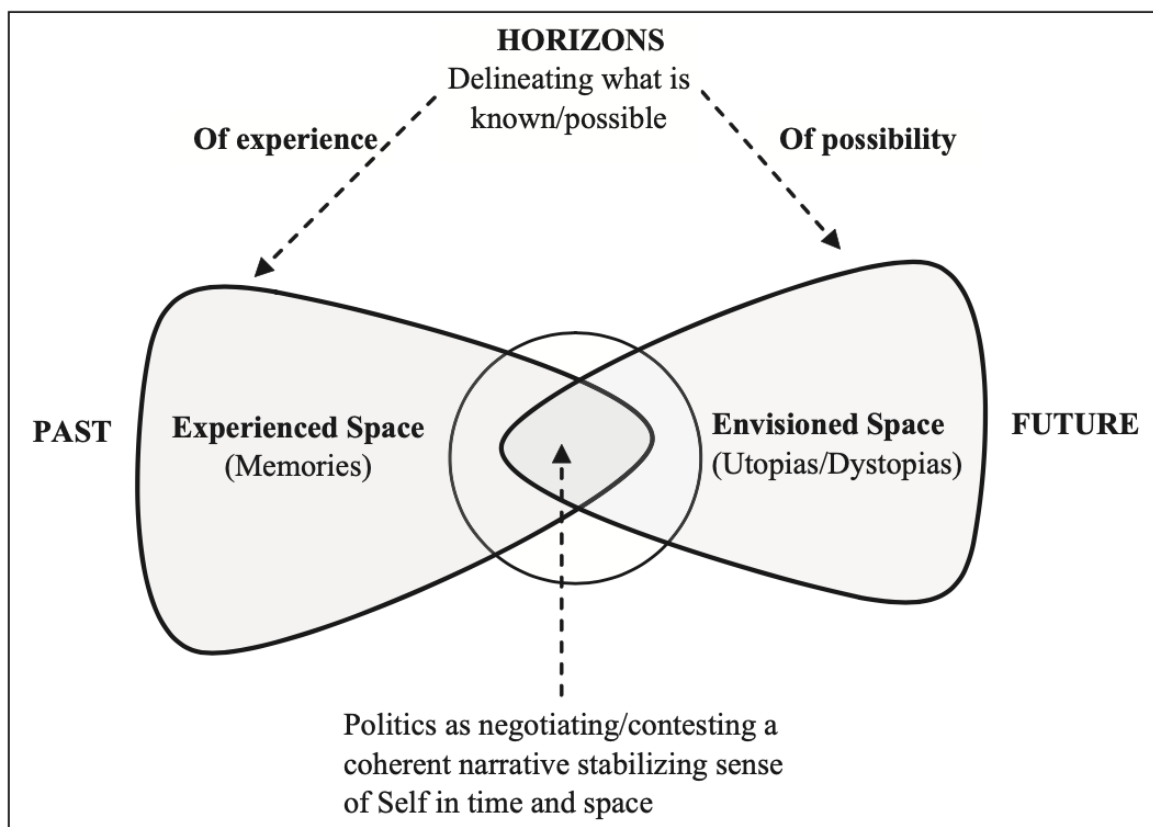
Mas a visão unicamente relacional da construção da identidade coletiva acaba sendo incompleta, pois oferece uma leitura unidimensional e simplista de seu conteúdo. Segundo Berenskoetter, é necessária uma análise do processo sob uma perspectiva fenomenológica, que parte do princípio de que o conhecimento se adquire com base na experiência, gerando estruturas de significado que dão sentido à existência no mundo. Assim, a estrutura ontológica do “eu” deve ser entendida como um processo de “*coming into being*”<sup>1</sup>, ou seja, o “eu” e o senso do mundo estão em constante evolução, em um processo mutuamente constitutivo (BERENSKOETTER, 2014).

---

<sup>1</sup> O *process-of-becoming*, nos termos de Kinnvall (2004).

Isso é possível por meio da análise narrativa, que permite capturar mudanças ao longo do tempo, por ser uma forma de representação dinâmica. A narrativa serve de parâmetro ao enquadramento da narrativa biográfica, na medida que envolve tanto atos de seleção, como de criativa interpretação e fusão. Outrossim, a narrativa biográfica: “[...] provides communities with a sense of being in the world by situating them in an experienced space and an envisioned space, ordered from a particular place and delineated through horizons of experience and of possibility, respectively” (BERENSKOETTER, 2014, p. 269). A figura 1, abaixo, esquematiza o conceito.

Figura 1 – Parâmetros da biografia nacional.



Fonte: Berenskoetter (2014, p. 278).

Tais narrativas coletivas servem como estruturas duradouras que orientam e dão sentido à existência espaço-temporal do indivíduo, ou seja, contextualizam o “eu” no passado, no presente e no futuro, do ponto de vista temporal; assim como dão orientação espacial às experiências, atando-as a territórios, paisagens ou cidades particulares, o que gera senso de pertencimento e de ordem (normativa, cognitiva e emocional). No entanto, as fronteiras desse conhecimento não delimitam e constroem a existência do “eu”, de modo

que podem ser melhor compreendidas como horizontes, na medida em que: “[...] *an unfolding Self ventures on a path that comes from and leads to como places/spaces which are neither fixed nor clearly defined, they are being disclosed* (BERENSKOETTER, 2014, p. 276).

Como afetam as percepções da realidade política e as ações em resposta ou em antecipação àquela, as narrativas biográficas são críticas à construção do comportamento político, sendo uma das mais disseminadas e poderosas formas de discurso. Ao conferir senso de propósito e de lugar tanto a indivíduos como a coletividades, provêm entendimentos e interpretações comuns, o que as tornam palco de disputa política (PATTERSON; MONROE, 1998). The political potency of a national biography lies in its function to provide a community with a basic discourse, or master narrative, which guides and legitimizes courses of action and provides ontological security” (BERENSKOETTER, 2014, p. 279).

Por isso, a formulação e manutenção da narrativa é um processo político, que se constitui em uma espécie de governança, sendo de difícil controle, pois, como ato interpretativo, é alvo de contestação. Como as sociedades são inerentemente heterogêneas, o que abre margem a relatos alternativos ou até competitivos de seu passado ou futuro. Logo, a necessidade de coerência ou de senso de continuidade não implica em linearidade, já que como fenômeno social, a narrativa biográfica está sujeita às mudanças da realidade, requerendo adaptação às experiências. “*Thus, a coherent narrative can include all sorts of change as long as a sensible link from ‘before’ to ‘after’ is maintained*” (BERENSKOETTER, 2014, p. 279).

Seguindo a linha de Steele (2005; 2008), que entende situações críticas como eventos imprevisíveis e socialmente construídos (pela interpretação), os quais afetam as *self-identities* dos estados, Ejdus (2018) busca dar maior especificidade ao conceito, em prol de sua instrumentalização metodológica. Para o autor, a segurança ontológica se pauta pela posse de respostas a quatro questões fundamentais, mantidas inconscientemente ao nível da consciência prática (*taken-for-granted*), as quais se relacionam à existência, à finitude, às relações e à autobiografia dos atores coletivos. Desse modo, a insegurança ontológica ocorre quando alguma dessas quatro questões é trazida ao nível da consciência discursiva em razão de situações críticas, o que produz ansiedade e perda da capacidade de ação (EJDUS, 2018). O quadro a seguir (tabela 1) esquematiza as questões trazidas pela abordagem e suas implicações.

Tabela 1 – Questões fundamentais à segurança ontológica.

<b>Questão</b>	<i>Existência</i>	<i>Finitude</i>	<i>Relações</i>	<i>Autobiografia ou narrativa biográfica</i>
<b>Implicação</b>	Relaciona-se à necessidade de continuidade do ambiente externo. Por exemplo, a sociedade de estados, que constitui um <i>framework</i> ontológico que orienta expectativas e confere senso de pertencimento	Envolve a dimensão temporal da narrativa biográfica. Malgrado a natureza durável dos estados, o fato de servirem de provedores de segurança ontológica aos indivíduos/sociedade, faz com que atuem como mediadores de ansiedade	Envolve a habilidade de manter relações estáveis com atores importantes, na medida que o outro é constitutivo do “eu”	Diz respeito ao senso de continuidade biográfica ao longo do tempo e do espaço
<b>Situação crítica</b>	Abrupta ruptura nas rotinas estabelecidas, como em caso de transição de poder ou memórias de exclusão do sistema no passado	Incerteza e indeterminação relacionadas com ameaças à existência do estado. Os atores mais fracos ou politicamente instáveis são mais suscetíveis	Quebra ou instabilidade de uma relação importante	Incoerência e/ou instabilidade identitária. No âmbito do sistema westfaliano, pode se relacionar aos atributos da soberania, da neutralidade, etc., de modo que disputas territoriais ou quebra da neutralidade podem gerar contestação política

Fonte: Ejodus (2018, elaboração da autora).

Apesar de as situações críticas e suas respostas variarem de acordo com o caso, o ponto chave é que: *“the flooding through of collective anxieties debilitates (to varying*

*degrees) collective agency and leads to seemingly regressive, hysterical or schizophrenic behaviour”* (EJDUS, 2018, [s.n]). Medidas defensivas para lidar com ansiedades incluem a vinculação a velhas rotinas, o uso seletivo de narrativas identitárias e *avoidance* ou negação, além da rotinização de práticas sociais duráveis, representadas por normas e instituições internacionais. A abordagem, apesar de simplificar situações complexas, facilita a compreensão de eventos ou resultados determinados que se relacionam à segurança ontológica (EJDUS, 2018).

Diversas narrativas competem na construção e manutenção das autobiografias dos estados, como forças de contestação à fixação do eu dominante. Com base na literatura construtivista sobre as relações entre o poder das ideias e as decisões políticas, essa competição se dá em um ambiente ideacional altamente contestado, de modo que há uma mútua constituição da narrativa dominante e das subjugadas, simultaneamente, pois o eu nacional não é homogêneo, mas é retratado de tal forma pela narrativa dominante para mascarar narrativas competitivas de grupos marginalizados (DELEHANTY; STEELE, 2009; NAROZHNA, 2020).

Conforme a visão pós-estruturalista, como o significado reside na linguagem e esta é contextual e incapaz de preservar um significado constante ao longo do tempo, a contradição reside na própria formação da identidade, a qual se dá por meio do discurso (NEUMANN, 1996). Outrossim, a identidade pode ser conceituada como uma prática discursiva, política, relacional e social, que se representa na política externa por meio de uma relação discursiva co-constitutiva baseada em estratégias de *othering* (oposições binárias), com graus de radicalização, que permite a consideração das formas pelas quais discursos buscam estabelecer estabilidade e como esta pode ser desconstruída (EPSTEIN, 2009; HANSEN, 2006; MILLIKEN, 1999).

Importante considerar que a limitação do espaço ideacional de debate e de negociação da narrativa biográfica coletiva pode gerar desbalanços, que indicam fragilidade identitária e podem gerar insegurança ontológica (NAROZHNA, 2020). Outrossim, “[...] *a coherent sense of identity and ontological security depend on a delicate equilibrium between the state influence on society and the ongoing availability of societal space to freely debate competing biographical narratives and perceptions of various others*” (NAROZHNA, 2020, p. 570).

Nesse sentido, a contestação narrativa ocorre discursivamente, por meio da relação das narrativas competitivas à narrativa dominante, que, assim, podem, potencialmente,



desafiar, subverter e transformá-la (DELEHANTY; STEELE, 2009). Por exemplo, na esfera externa, atores podem intervir no senso identitário de outro ao caracterizar situações de forma a implicar a integridade da narrativa biográfica, ou seja, quando a ação ou omissão estatal não se coaduna ao que lhe é tido como aceitável e apropriado (*shame*) ou pelo senso de um *status* de inferioridade, como ao ser responsabilizado com relação a ações ou omissões acerca eventos externos do passado. Internamente, a contestação pode se dar pelas mesmas vias de produção e de legitimação da narrativa dominante, com vistas a acentuar suas contradições (DELEHANTY; STEELE, 2009; STEELE, 2008; ZARAKOL, 2010). Esse processo confere uma fluidez natural ao senso identitário e, conseqüentemente, torna-o insuscetível de total controle, pois depende do reconhecimento de outros atores e em face da ordem internacional, de modo que ações direcionadas à mudança podem ameaçar a segurança ontológica do estado (EBERLE; HANDL, 2018).

Além da dimensão social, Ejodus (2017) argumenta que os ambientes materiais, naturais ou construídos, também são uma importante fonte de segurança ontológica para os estados, como uma âncora adicional à narrativa identitária, tendo em vista a confiança gerada por sua constância. Para tanto, retorna ao conceito de rotinização de Giddens, que se situa em locais determinados, os quais ele chama *settings of interaction*, e não são caracterizados unicamente por suas propriedades físicas, mas também pelos significados que lhes são atribuídos. Dessa forma, o senso de pertencimento (*sense of place*) é uma fonte importante de segurança ontológica ao prover um laço psicológico entre a biografia do indivíduo e os locais que são cenários do trajeto espaço-temporal do indivíduo. “*In his view, ontological security-seeking is an emotional preference of an individual, whereas the state or any other social group is no more than a larger material and discursive framework within which individuals build their self-identities*” (EJDUS, 2017, p. 4).

No âmbito das relações internacionais, com base na abordagem estado-como-ator, os estados também necessitam de um senso de continuidade no mundo, como mecanismo defensivo de desestabilização ideacional ou de retenção da capacidade de ação, doméstica ou internacional. No entanto, nem todos os ambientes materiais têm igual relevância para sua segurança ontológica: essa advém dos significados que lhes são imbuídos, não de suas características físicas. A adoção desse papel de *security place* se dá por meio de uma ligação discursiva à identidade do estado, por meio da qual se convertem em “espaços ônticos”, ou seja, extensões espaciais do eu coletivo que fazem com que as identidades estatais pareçam mais sólidas e contínuas. À semelhança dos discursos identitários, eles requerem continua

manutenção, monitoramento, reparação ou reinvenção da ligação, principalmente em períodos de crise ou transição (EJDUS, 2017).

O processo de construção dos espaços geopolíticos impacta a segurança ontológica na medida em que, a geopolítica, como forma de representação do espaço político impregnada de preconceitos e de dinâmicas de poder sobre um território e pautada em geografias imaginadas, influi na descrição espacial de uma região e, assim, pode ser fonte de insegurança. Na época imperial, por exemplo, em razão das limitações tecnológicas, a geografia imprecisa podia ser pivô de ansiedade cartográfica (BAYLY, 2015). Essas questões serão discutidas com mais profundidade adiante.

## **4 A importância do conceito de segurança ontológica na compreensão dos processos securitários**

### **4.1 A narrativa biográfica e os imaginários geográficos na política externa**

Como fenômeno social, a identidade é intersubjetivamente negociada, legitimada e justificada na esfera pública por meio de um processo comunicativo (discursivo) impulsionado por narrativas identitárias, funcionando como ferramenta de manutenção do senso de estabilidade do eu estatal em face da instabilidade do mundo político (EBERLE; HANDL, 2018). Isso porque discursos identitários têm grande importância quando acompanhados com processos políticos internos, do mesmo modo que impactam a forma que fatores materiais são definidos, reinterpretados e reformulados (CASULA; PEROVIĆ, 2019). Por isso, analogias identitárias socialmente construídas inerentes às articulações de identidade nacional se tornam fundamentais às práticas de busca por segurança ontológica, devido a forma que mobilizam posições subjetivas, determinadas, em novos contextos (WHITTAKER, 2018).

Nesse sentido, a política externa se baseia em representações de identidade, que articula e entrelaça fatores materiais e ideacionais, de modo que identidade e política são constituídas por meio de um processo de ajuste narrativo, o qual permite o estudo sistemático de política externa por meio de uma teoria do discurso (HANSEN, 2006). Sob a perspectiva geopolítica crítica, a política externa consiste em uma prática social, cultural, discursiva e política de construção, defesa e vivência de construção de afirmações ontológicas, ou seja,

visões alternativas sobre “verdades” das relações internacionais. A forma que estas visões geopolíticas são (re)definidas pelos líderes é crucial na compreensão das decisões de política externa. Logo, o discurso se coloca como meio para a construção e reprodução de significados nas relações internacionais, um processo produtivo que informa práticas e está implicado nelas (OMELICHEVA, 2016).

O argumento de identidade nacional, como construção política que legitima a autoridade estatal, implica que atores políticos podem buscar desafiar ou reconstruir essas narrativas por razões políticas; e que a invocação de narrativas competitivas de uma crise pode ser feita para desafiar a legitimidade de uma ação estatal ou para provocar uma resposta particular (CHALLIS, 2021). Pela identificação das ideias, narrativas e construções que constituem a paisagem conceitual nacional, ou seja, o exame das narrativas fundacionais ou autobiografias, é possível ancorar a análise em um determinado campo discursivo que ajuda a evitar a psicologização das escolhas políticas dos atores sob investigação e a resolver a questão do nível-de-análise quanto a atores coletivos (KAZHARSKI; KUBOVÁ, 2021). Considerando que a construção da identidade envolve as esferas espacial (fronteiras e delimitação do espaço), temporal (progresso e/ou intransigência) e ética (responsabilidade, moralidade, legitimidade), é possível analisar a forma que estas se interligam e as diferenças entre discursos e suas mudanças ao longo do tempo (HANSEN, 2006).

Agregando noções da geopolítica crítica, pode-se fortalecer e desenvolver a noção de espaços ônticos, de Ejdus, como elemento material da narrativa biográfica. Essa análise visa problematizar as práticas de produção do conhecimento geográfico e as estruturas de poder, com o objetivo de desafiar as formas tradicionais pelas quais o espaço político é escrito, lido e praticado, considerando que a argumentação geopolítica tradicional frequentemente simplifica e obscurece as sutilezas e circunstâncias locais da luta política, da guerra e da globalização (DALBY, 2010; TUATHAIL, 1999). Na medida em que o conhecimento é sempre situado, articulando a perspectiva de certas culturas e sujeitos enquanto marginaliza a de outros, a geopolítica é entendida como política de poder (TUATHAIL, 1999).

Segundo Helbrecht, “[...] *it is only through a spatialized, geographic understanding of ontological security that we fully grasp the complex relationships between globalization, self-identity and ontological security*” (2021, [s.n.]). Argumenta que o imaginário geográfico é central no enfrentamento de situações críticas, na medida que contribui na estabilização da identidade ao permitir o reconhecimento do papel do espaço na

narrativa biográfica (HELBRECHT, 2021). Possibilita-se, assim, demonstrar como as construções geográficas de tudo, dos mapas de larga escala que definem as fronteiras da pobreza aos mapas de baixa escala de estados e impérios, são modos de argumentação com grande efeito político (DALBY, 2010).

*The specification of states in terms of these categories shapes the policies that are deemed appropriate by the rich and powerful who make state foreign policy, and by most other people who use these categories. It also constructs particular political identities in these spaces and in conjunction with these identities appropriate modes of conduct for these identities in their own spaces and elsewhere* (DALBY, 2010, p. 52).

A linguagem territorial da soberania e de segurança não pode ser subestimada nas análises de segurança, pois identidades e lugares são formulações intrinsecamente políticas com efeitos práticos na linguagem geopolítica das ansiedades políticas quotidianas (DALBY, 2010). Logo, pode-se analisar as práticas discursiva duradouras que mobilizam determinadas ontologias geopolíticas no âmbito da política externa, na medida em que toda geografia é carregada de histórias sociais nacionais, inerentemente ligadas aos discursos identitários (WHITTAKER, 2018). Desse modo, possibilita a inclusão do vocabulário espacial da insegurança ontológicas do pensamento securitário na análise, ao invés de permitir que especifiquem contextos tido como certos para articulações de perigo (DALBY, 2010).

Levando em consideração questões territoriais, Bayly (2015) argumenta que o estabelecimento de comportamentos rotinizados e o senso de estabilidade cognitiva podem ser difíceis de se obter, principalmente em espaços geográficos importantes para potências ou impérios, como é o caso de *buffer states*<sup>2</sup>, o que pode conduzir à insegurança ontológica. Sem pressupor o estado como fonte primária de segurança ontológica, o autor busca compreender de que forma a ambiguidade acerca do *status* político e territorial de um ator influem nas suas relações com outros atores no sistema internacional. No caso de impérios, suas “ideologias”, fruto de experiências históricas, podem gerar a construção de determinadas “geografias imaginadas” que afetam diretamente a habilidade de engajamento em relações rotinizadas ou estáveis com um ator. As fronteiras constituem a essência da identidade imperial, enquanto (definida em face de) entidades políticas externas, de modo

---

<sup>2</sup> Os *buffer states*, conceituados como: “[...] being geographically located between two rival powers, are often to be found in the regions in which there is most turbulence” (BAYLY, 2015, p. 817).

que as *buffer zones* podem ser compreendidas “[...] as a site for the co-constitution of identity in itself and as a site for ontological security-seeking” (BAYLY, 2015, p. 818). Assim, os interesses em jogo nestes locais não são apenas geoestratégicos, mas também identitários.

A perspectiva pós-colonial da segurança ontológica lida de forma crítica com os aspectos de *bordering*, território e reescrita do estado e “*it also takes seriously the psychic and cultural processes through which identities are organised, reiterated and/or reorganised*” (CASH; KINNVALL, 2017, p. 267). Segundo Cash e Kinnvall (2017), o princípio organizador da soberania estatal acabou resultando na perda de soberania por outros (outros estados, comunidades ou indivíduos), manifesta nos traços do estado colonial que não foram apagados, de modo que a soberania no mundo pós-colonial permanece, em geral, provisória e parcial, e as vezes até despótica e violenta. O legado de estruturas imperiais vive como realidade presente que afeta processos de inclusão e exclusão, pertencimento e não-pertencimento, *insiders* e *outsiders*, resultando em tentativas de governar não apenas fronteiras físicas, mas também ideacionais, emocionais e limites e fronteiras corporificadas, em geral, por meio de narrativas (CASH; KINNVALL, 2017).

A prática de reordenação de fronteiras, identidades, culturas, comunidades e estados implica em inseguranças ontológicas, “[...] spurred by global processes of free trade and augmented capital flows as well as by new technologies of communication, information and travel and not least by current crises and political uncertainties at all levels of analysis” (CASH; KINNVALL, 2017, p. 267). Outrossim, "cartografias violentas" do Outro, como imaginários geográficos estabelecidos por meio de práticas de *bordering*, visam não somente justificar ações de política externa, mas refletem uma busca por fechamento, ordem e segurança. Esse tipo de cartografia invoca temporalidades específicas ao se referenciar ao espaço, em uma configuração linear, permeada por noções de modernidade e de moralidade, que abre margem a desumanização do Outro por dicotomias de bom *versus* mau, por exemplo (EDENBOURG, 2017).

*Such narratives strive to produce coherence and meaning by causal emplotment, linear temporality and binary categories. This requires elements that do not fit in to be erased, and disorders ‘within’ to be displaced and attributed to Others. However, those dichotomous schemes of the world where a coherent, known and stable inside stands in contrast to a dangerous and chaotic outside are repeatedly undermined by ambiguities which cannot be accommodated within the scheme* (EDENBOURG, 2017, p. 297).

Isso lhes confere caráter político, pois implicam na construção de comunidades e não apenas o estabelecimento de fronteiras, servindo à manutenção do senso de segurança ontológica. Não obstante, as contradições inerentes a essas estruturas narrativas, bem seus silêncios propositais, abrem espaço à contestação. As sátiras, por exemplo, ao se apropriarem ou “parasitarem” narrativas dominantes, podem, com ironia e duplo-sentido, expor incoerências, lacunas, ambivalências e questões absurdas, contribuindo à sua desestabilização, além de, inclusive, incentivar a desidentificação (EDENBOURG, 2017).

Portanto, por se caracterizar pela multifinalidade e variedade de comportamentos, a busca por segurança ontológica permite tanto lógicas de segurança, que encerram a subjetividade, como de resistência, que abrem espaço à mudança política e social. Além de albergar questões e preocupações das relações internacionais como disciplina, como dilema de segurança, anarquia e potencial para mudanças, permite o diagnóstico e a racionalização de formas de superar políticas do medo e conflitos duradouros (KINNVALL; MITZEN, 2020, p. 235).

#### **4.2 Continuidade e mudança: a busca por coerência em face dos desafios da constante disputa de narrativas no mundo político**

Situações críticas podem levar a tentativas de securitização da subjetividade, ou seja, a busca por uma identidade estável em face do estranho-outro, por meio de políticas coercitivas das elites no poder, para assegurar uma identidade coletiva estável (KINNVALL, 2004; NAROZHNA, 2020). Segundo a Escola de Copenhague, a securitização pode ser entendida como a apresentação de uma questão como uma ameaça existencial, que requer medidas emergenciais e justifica ações fora dos limites dos procedimentos políticos normais, ou seja, trata-se de uma prática discursiva auto-referencial, pois independe da real existência da ameaça existencial, mas de sua apresentação como uma. Em um movimento contrário, a dessecuritização implicaria a mudança de questões para fora do modo emergencial, retornando-as ao âmbito dos processos normais de barganha da espera política (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998).

Apesar de o eu-nacional não ser homogêneo, pode ser retratado de tal forma pela narrativa dominante para mascarar narrativas competitivas de grupos marginalizados (DELEHANTY; STEELE, 2009). Isso ocorre porque: “[...] *those who produce the discourse*

*also have the power to make it 'true'—that is, to enforce a particular reading of a threat according to which people and groups are defined*” (KINNVALL, 2004, p. 745). Entretanto, a fixação de certas estruturas de significado em face de incertezas, ao mesmo tempo que dão estabilidade cognitiva e emocional, são problemáticas, pois “[...] *identities are not essential properties of individual or collective actors but intersubjectively negotiated constructs*” (EBERLE; HANDL, 2018, p. 4), inerentes às contingências da vida em sociedade, transformando-se ao longo de tempo, principalmente no contexto da globalização e da modernidade (BROWNING; JOENNIEMI, 2017).

Apesar de a imaginação de identidades homogêneas ser poderosa, essa espécie de “fantasia nacional” abdica o reconhecimento da irredutibilidade da diferença, que esta intimamente ligada a imaginação das fronteiras como um espaço limitado, apesar de inúmeras evidências contrárias, e frequentemente toca em uma obsessão com os limites da soberania, por meio de tentativas difusas de governar seguranças, identidades e histórias em prol do controle de uma “crise” do estado (CASH; KINNVALL, 2017). Nesse caso, há somente uma aparência de unidade nacional, destoante das reais necessidades dos indivíduos e grupos (NAROZHNA, 2020). Por isso, Eberle (2017), como Rossdale (2015)<sup>3</sup>, critica a zona de conforto que uma identidade estável pode supostamente oferecer, instando à reflexão sobre os efeitos excludentes e opressivos que a busca por fechamento da narrativa biográfica inflige sobre outros, em prol da segurança ontológica.

Por isso, a redução da segurança ontológica à preservação de um entendimento estanque da identidade reduz o papel do eu e sua habilidade de lidar com mudanças, bem como sua conexão à intersubjetividade e às dinâmicas de reconhecimento, de modo que reflete, na verdade, inseguranças ontológicas. *“Thus, as the normative environment changes and new norms of subjectivity emerge, social agents ‘thrown into the world’ are liable to feel compelled to try out new articulations of self-identity more in tune with the changing normative environment”* (BROWNING; JOENNIEMI, 2017, p. 11-12). Ademais, o senso saudável de *basic trust* exige flexibilidade e adaptabilidade ao conceito, de forma a habilitar a capacidade reflexiva do ator para lidar com adversidades, seja pelo desenvolvimento ou pela alteração da narrativa biográfica, por meio da absorção do papel positivo da ansiedade

---

<sup>3</sup> Rossdale (2015) argumenta que a aspiração por segurança ontológica pode obscurecer a compreensão de como as narrativas identitárias estão implicadas em relações de poder, como formas violentas de exclusão e de alteridade, que disciplinam ou marginalizam modos de subjetividade que resistem ao fechamento das estratégias de busca por segurança ontológica. Defende, assim, a importância da deliberação ético-política e da busca pela reafirmação de falhas, contradições e opacidades do sujeito em face dos regimes dominantes, ou seja, a exploração de políticas alternativas de subjetividade.

e sua utilização criativa como ferramenta de autodesenvolvimento e renovação. Assim, a securitização da identidade pode ser fonte de ansiedade na mesma medida em que a dessecuritização (BROWNING; JOENNIEMI, 2017).

Conforme Chernobrov, pode ocorrer um (des)reconhecimento de uma situação crítica no imaginário da compreensão política societária, tendo em vista que se tende a recorrer a narrativas previamente estabelecidas e que geram senso de familiaridade e segurança ao público geral. Às vezes, o isso ocorre independentemente da realidade, gerando narrativas imprecisas, pelo fato de que a percepção do outro como conhecido contribui ao senso de segurança ontológica. O perigo é que a ilusão de previsibilidade nas relações pode gerar leituras errôneas da situação-problema e provocar uma escalada nos conflitos (CHERNOBROV, 2016).

Claro que existe margem a um dinamismo narrativo, desde que seja preservado um grau de continuidade evolutiva do relacionamento com o outro. Aliás, o (des)reconhecimento do outro em termos positivos ou negativos depende, principalmente, de sua relação com a narrativa fundacional do “eu”, considerando a essencialidade daquele à construção identitária (serve como parâmetro de similaridade ou de distintividade). Há uma tendência de se autorretratar de forma positiva em face do outro, pois isso reforça o senso de validação e de reconhecimento da própria distintividade identitária (CHERNOBROV, 2016).

Por isso, Steele argumenta que, em razão da capacidade desigual em agir reflexivamente em face a ameaças e a natureza incerta das situações críticas, a compreensão desses processos é essencial para a busca do aumento das capacidades reflexivas e, assim, evitar o constrangimento no emprego das capacidades materiais do estado. Como a narrativa constitui o “eu” estatal, sua análise é essencial na compreensão do senso de estabilidade identitária e da motivação da ação estatal em face a situações críticas, que se reflete em mudanças narrativas (STEELE, 2005; 2008).

Em prol de solucionar a questão do chamado *status quo bias*, ou seja, a preocupação com continuidade, e a problemática do estado como nível de análise, os quais reduziriam o conceito a mera preservação identitária, Gustafsson e Krickel-Choi (2020) defendem que uma reflexão sobre as origens teóricas da segurança ontológica, ligada à literatura existencialista sobre ansiedade, pode esclarecer a ambiguidade conceitual e contornar essas questões. A distinção entre ansiedade normal e ansiedade neurótica, feita por Laing mas desconsiderada por Giddens, pode ser útil para prover maior clareza conceitual, ao evitar



a fusão dos termos insegurança ontológica e ansiedade. Partindo das noções de ansiedade normal e ansiedade neurótica, esta pode ser posta no nível da insegurança ontológica, por ser rara e patológica, e a ansiedade normal no da segurança ontológica, cuja experiência não se preclui pela ansiedade, já a segurança total é inatingível ante a falta de controle do indivíduo sobre os eventos, sendo necessário aprender a encará-la e usá-la de forma construtiva (GUSTAFSSON; KRICKEL-CHOI, 2020).

Nesse sentido, a ansiedade é definida como uma ameaça a algum valor individual tido como essencial à existência de sua personalidade, que ameaça a segurança desta. Como salientam os autores:

*[...] a key difference between the two is that normal anxiety can be constructively confronted and consciously dealt with if the triggering situation is altered, while neurotic anxiety involves repression or other types of mechanisms of intrapsychic conflict, leading to the creation of defense mechanisms in order to manage anxiety* (GUSTAFSSON; KRICKEL-CHOI, 2020, p. 12).

Como no âmbito das teorias existencialistas a ansiedade normal não é um conceito meramente individual, por ser um fenômeno cultural e societal, é possível sua extensão às coletividades, como sociedades e estados, na medida em que, por ser inerente ao senso do “eu”, caso um valor estimado pela coletividade seja ameaçado, pode haver ansiedade coletiva, de modo que tal nível de análise deixa de ser problemático. Ademais, ansiedade e mudança também se relacionam em razão de a ansiedade ser um fenômeno interpessoal, de modo que somente neste tipo de contexto pode ser administrada para o alcance de segurança, o que abre margem ao uso da criatividade para transformar a realidade quando esta não condiz com as expectativas, de modo que a ansiedade pode ser um catalizador de mudanças construtivas para enfrentar ameaças (GUSTAFSSON; KRICKEL-CHOI, 2020).

Rumelili (2015) acrescenta que o desenvolvimento de um conceito de duas-camadas de segurança, como física e ontológica, permite teorizar as formas pelas quais a busca por uma identidade estável em relação ao Outro tanto permite como limita a des securitização. Também se torna possível investigar formas de superar esses limites, de modo que o processo de obtenção de segurança ontológica não implique em securitização, inclusive abrindo a possibilidade de a des securitização gerar estados de (in)segurança ontológica. Ao localizar a distinção entre nós/eles no âmbito da segurança física e a dicotomia amizade/inimizade no da ontológica, Rumelili argumenta que a busca por segurança ontológica, apesar de requerer diferenciação e pressupor um Outro, não

necessariamente envolve a securitização do Outro como uma ameaça à sobrevivência, pois não intui uma ameaça identitária, mas uma preocupação constante com sua estabilidade (RUMELILI, 2015).

Já segundo Eberle e Handl (2018), o processo de busca por segurança ontológica se desenvolve em três níveis, os quais se constituem de narrativas sobre o eu, um outro significativo e o sistema internacional como um todo. A análise dessas dimensões permite a compreensão das nuances da mudança na política externa para manutenção da coerência da narrativa biográfica e do senso de segurança ontológica, que pode se dar em qualquer desses níveis, pois: *“When threatened by a crisis, states respond by narrative adjustment that highlights continuity at some levels, while enabling change at other levels”* (EBERLE; HANDL, 2018, p. 3). Assim, apesar de potencialmente ameaçadoras, crises podem ser condutoras de mudança, de modo que: *“foreign policy change should thus be understood as a complex process of responding to a crisis by recalibrating the autobiographical narrative so that it becomes realigned with policy actions under new conditions”* (EBERLE; HANDL, 2018, p. 7).

Entretanto, mudanças e ajustes podem ocorrer em diferentes níveis da narrativa biográfica e nas políticas, e, em geral, a divisão entre continuidade e mudança costuma ser obscurecida no processo de reconstrução narrativa. Com essa perspectiva, pode-se perceber que os estados são muito mais flexíveis para lidar com mudanças e com o ambiente internacional do que se pode pressupor (EBERLE; HANDL, 2018). Na verdade, ao solidificar determinada identidade, diminuindo seu escopo e leque interpretativo, vai-se de encontro à natureza cambiante da construção do eu, inerentemente reflexiva; às possibilidades de aprendizado oriundas da ansiedade; e ao fato de que nem sempre a identidade configura uma questão de segurança (BROWNING; JOENNIEMI, 2017).

## **5 Conclusão**

O artigo busca demonstrar, através da revisão da literatura, a relevância do conceito de segurança ontológica para as relações internacionais, em especial à compreensão dos processos securitários contemporâneos. Destaca-se como o discurso serve de instrumento para a construção e reprodução de significados nas relações internacionais, em um processo produtivo que informa práticas e está implicado nelas. A consideração dessa variável se

mostra essencial, pois os conflitos têm crescentemente envolvido narrativas normativas, em consequência da intensificação da polarização política, que se reflete em âmbito internacional através dos meios de comunicação.

Após a identificação dos elementos centrais do conceito e do processo de busca por segurança ontológica, pode-se perceber que, ao levar em consideração fatores materiais e ideacionais, possibilita-se a construção de explicações mais abrangentes do comportamento estatal na cena internacional. É possível a compreensão de várias questões teóricas e empíricas, como nacionalismo, práticas identitárias, populismo, securitização, dilema de segurança, conflitos, etc., sob abordagens e metodologias diversas. Além da identificação dos principais debates, o estudo contribui com a agenda de pesquisa ao agregar noções da geopolítica crítica à compreensão do papel de ambientes materiais, como âncoras à narrativa biográfica dos atores, e do impacto dos imaginários geográficos na busca por segurança ontológica.

A linguagem tem um papel poderoso nesse processo ambíguo e contestado, na medida em que as narrativas constituem o eu estatal e permitem que este aja prepositivamente. Apesar da tentação de preservar uma identidade estável, a vinculação a narrativas e rotinas rígidas constringe o leque de respostas do agente coletivo em face de crises, o que pode pôr em risco não somente sua segurança ontológica como também a física. Assim, por mais que muitas pesquisas utilizem o conceito para explicar a dificuldade de mudança ou a securitização identitária, a partir de um diálogo multidisciplinar, a literatura tem demonstrado não só a possibilidade, como a importância de trazer as contradições e complexidades ao centro do processo de construção do “eu”, em prol do aprimoramento das capacidades reflexivas para lidar com ameaças híbridas. Como provoca Eberle (2017), é necessário refletir “[...] *on how we can resist our desire for closure in order to promote a more open-minded and pluralist vision of international politics*” ([s.n.]).

## **Referências bibliográficas**

AKCHURINA, V.; DELLA SALA, V. Russia, Europe and the Ontological Security Dilemma: Narrating the Emerging Eurasian Space. **Europe-Asia Studies**, v. 70, n. 10, p. 1638–1655, 26 nov. 2018.

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BAYLY, M. J. Imperial ontological (in)security: 'Buffer states', International Relations and the case of Anglo-Afghan relations, 1808–1878. **European Journal of International Relations**, v. 21, n. 4, p. 816–840, 2015.

BERENSKOETTER, F. Parameters of a national biography. **European Journal of International Relations**, vol. 20, n. 1, p. 262–288, 2014.

BILGIN, Pinar. Identity/Security. *In*: BURGESS, P. J. (Ed.). **The Routledge Handbook of New Security Studies**. London: Routledge, 2010, p. 81-89.

BUZAN, B.; WÆVER, O.; WILDE, J. D. **Security: a new framework for analysis**. London: Lynne Rienner Pub, 1998.

BROWNING, C. S.; JOENNIEMI, P. Ontological security, self-articulation and the securitization of identity. **Cooperation and Conflict**, v. 52, n. 1, p. 31–47, 11 mar. 2017.

CASH, J.; KINNVALL, C. Postcolonial bordering and ontological insecurities. **Postcolonial Studies**, v. 20, n. 3, p. 267–274, 3 jul. 2017.

CASULA, P. Russia's Foreign Policy from the Crimean Crisis to the Middle East: Great Power Gamble or Biopolitics? **Rising Powers Quarterly**, v. 2, n. 1, p. 27–51, 2017.

CASULA, P.; PEROVIĆ, J. Russian Foreign Policy and Identity: Introduction to the Special Section. **Problems of Post-Communism**, v. 66, n. 4, p. 225–226, 4 jul. 2019.

CHALLIS, B. Narrating Ukraine: A Crisis of Russian Identity? **DGSi Working Paper**, n. 3, Durham: Durham Global Security Institute, 2016. Disponível em: [www.dur.ac.uk/dgsi/](http://www.dur.ac.uk/dgsi/). Acesso em: 25 ago. 2021.

CHERNOBROV, D. Ontological Security and Public (Mis)Recognition of International Crises: Uncertainty, Political Imagining, and the Self. **Political Psychology**, vol. 37, n. 5, p. 581-596, 2016.

COUNCIL, N. I. **Global Trends 2040**. [s.l]: The National Intelligence Council, 2021.

DALBY, S. Critical Geopolitics and Security. *In*: BURGESS, P. J. (Ed.). **The Routledge Handbook of New Security Studies**. London: Routledge, 2010. p. 50–58.

DELEHANTY, W. K.; STEELE, B. J. Engaging the narrative in ontological (in)security theory: insights from feminist IR. **Cambridge Review of International Affairs**, vol. 22, n.3, p. 523-540, 2009.

EBERLE, J. Narrative, desire, ontological security, transgression: fantasy as a factor in international politics. **Journal of International Relations and Development**, 2017 (versão online).

EBERLE, J.; HANDL, V. Ontological Security, Civilian Power, and German Foreign Policy Toward Russia. **Foreign Policy Analysis**, p. 1-18, 2018 (versão online).

EDENBOURG, E. Creativity, geopolitics and ontological security: satire on Russia and the war in Ukraine. **Postcolonial Studies**, vol. 20, n. 3, 2017, p. 294-316.

EJDUS, F. 'Not a heap of stones': material environments and ontological security in international relations. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 30, n. 1, p. 23–43, 2 jan. 2017.

EJDUS, F. Critical situations, fundamental questions and ontological insecurity in world politics. **Journal of International Relations and Development**, v. 21, p. 883–908, 2018 (versão online).

EPSTEIN, C. **The power of words in international relations: birth of an anti-whaling discourse**. Cambridge: The MIT Press, 2009.

EPSTEIN, C. Who speaks? Discourse, the subject and the study of identity in international politics. **European Journal of International Relations**, v. 17, n. 2, p. 327–350, 30 jun. 2011.

GIDDENS, A. **Modernity and Self-Identity**. Cambridge: Polity Press, 1991.

GUSTAFSSON, K.; KRICKEL-CHOI, N. C. Returning to the roots of ontological security: insights from the existentialist anxiety literature. **European Journal of International Relations**, v. 26, n. 3, p. 875–895, 1 set. 2020.

HANSEN, L. **Security as Practice**. London: Routledge, 2006.

HELBRECHT, I. *et al.* Ontological security, globalization and geographical imagination. In: MILLION, A. *et al.* (Eds.). **Spatial Transformations: The Effect of Mediatization, Mobility, and Social Dislocation on the Re-Figuration of Spaces**. London: Routledge, 2021.

HOPF, T. Identity, legitimacy, and the use of military force: Russia's Great Power identities and military intervention in Abkhazia. **Review of International Studies**, v. 31, p. 225–243, 2005.

HUYSMANS, J. Security! What do you mean? From the concept to thick signifier. **European Journal of International Relations**, v. 4, n. 2, p. 226–255, 1998.

KAZHARSKI, A.; KUBOVÁ, M. Belarus as a liminal space for Russia's ontological security before and after the 2020 protests. **New Perspectives**, p. 21–23, 22 jul. 2021 (versão online).

KINNVALL, C. Globalization and Religious Nationalism: Self, Identity, and the Search for Ontological Security. **Political Psychology**, v. 25, n. 5, p. 741–767, 2004.

KINNVALL, C.; MITZEN, J. An introduction to the special issue: Ontological securities in world politics. **Cooperation and Conflict**, v. 52, n. 1, p. 3–11, 1 mar. 2017.

KINNVALL, C.; MITZEN, J. Ontological security and conflict: the dynamics of crisis and the constitution of community. **Journal of International Relations and Development**, v. 21, n. 4, p. 825–835, 1 set. 2018.

- KINNVALL, C.; MITZEN, J. Anxiety, fear, and ontological security in world politics: thinking with and beyond Giddens. **International Theory**, v. 12, n. 2, p. 240–256, 21 jul. 2020.
- KUZIO, T. Historiography and National Identity among the Eastern Slavs: Towards a New Framework. **National Identities**, vol.3, n. 2, p. 109-132, 2001.
- MILLIKEN, J. The study of discourse in international relations: A critique of research and methods. **European Journal of International Relations**, v. 5, n. 2, p. 225–254, 1999.
- MITZEN, J. Ontological security in world politics: State identity and the security dilemma. **European Journal of International Relations**, v. 12, n. 3, p. 341–370, set. 2006.
- NAROZHNA, T. State–society complexes in ontological security-seeking in IR. **Journal of International Relations and Development**, v. 23, n. 3, p. 559–583, 23 set. 2020.
- NEUMANN, I. B. Self and other in international relations. **European Journal of International Relations**, v. 2, n. 2, p. 139–174, 1996.
- OMELICHEVA, M. Y. Critical geopolitics on Russian foreign policy: Uncovering the imagery of Moscow’s international relations. **International Politics**, v. 53, n. 6, p. 708–726, 1 nov. 2016.
- PATTERSON, M.; MONROE, K. R. Narrative in Political Science. **Annual Review of Political Science**, vol. 1, p. 315-331, 1998.
- PRATT, S. F. A Relational View of Ontological Security in International Relations. **International Studies Quarterly**, v. 61, n. 1, p. 78-85, 2017.
- PROZOROV, Sergei. The other as past and present: beyond the logic of ‘temporal othering’ in IR theory. **Review of International Studies**, vol. 37, n. 3, p. 1273-1293, 2011.
- ROSSDALE, C. Enclosing Critique: The Limits of Ontological Security. **International Political Sociology**, v. 9, n. 4, p. 369–386, 1 dez. 2015.
- RUMELILI, B. Identity and desecuritisation: The pitfalls of conflating ontological and physical security. **Journal of International Relations and Development**, v. 18, n. 1, p. 52–74, 23 jan. 2015.
- STEELE, B. J. Ontological security and the power of self-identity: British neutrality and the American Civil War. **Review of International Studies**, v. 31, n. 3, p. 519–540, 13 jul. 2005.
- STEELE, B. J. **Ontological Security in International Relations: Self-identity and the IR state**. Abingdon: Routledge, 2008.
- STEELE, B. J.; HOMOLAR, A. Ontological insecurities and the politics of contemporary populism. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 32, n. 3, p. 214–221, 4 maio 2019.

SUBOTIĆ, J. Narrative, ontological security, and foreign policy change. **Foreign Policy Analysis**, v. 12, n. 4, p. 610–627, 2016.

TUATHAIL, G. Ó. Understanding critical geopolitics: Geopolitics and risk society. **Journal of Strategic Studies**, v. 22, n. 2–3, p. 107–124, jun. 1999.

WEBER, M. **The Vocation Lectures**. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 2004.

WENDT, A. Anarchy is what states make of it: The social construction of power politics. **International Organization**, vol. 46, n. 2, p. 391–425, 1992.

WENDT, A. **Social theory of international politics**. Cambridge: Cambridge University, 1999.

WHITTAKER, N. The island race: ontological security and critical geopolitics in British parliamentary discourse. **Geopolitics**, v. 23, n. 4, p. 954–985, 2 out. 2018.

ZARAKOL, A. Ontological (in)security and state denial of historical crimes: Turkey and Japan. **International Relations**, v. 24, n. 1, p. 3–23, mar. 2010.

ZARAKOL, A. States and ontological security: A historical rethinking. **Cooperation and Conflict**, v. 52, n. 1, p. 48–68, 1 mar. 2017.